

Feminismo Negro, Interseccionalidade e Mediação da Informação

Feminismo Negro, interseccionalidade e Mediação da Informação

Gisele Rocha Côrtes   

Aurekelly Rodrigues da Silva   

Resumo

Este artigo parte de reflexões e estudos delineados no Grupo de Estudos e Pesquisas em Mediação e Representação da Informação e os Marcadores Sociais da Diferença (GeMinas). O interesse baseia-se no objetivo de contribuir para as discussões sobre o conceito de interseccionalidade, base epistemológica do feminismo negro, em interface com os estudos do campo da Mediação da Informação. Salientamos que tal articulação apresenta-se neste artigo por meio de considerações iniciais, pois faz parte de uma pesquisa mais longa que está em desenvolvimento. O artigo teórico é de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico. Aborda-se o feminismo negro e o conceito de Interseccionalidade, em especial a intersecção entre gênero e raça, com foco nas mulheres negras. Considera-se o caráter social dos estudos delineados na perspectiva da mediação da informação, em que as ações de interferência delineadas por profissionais da informação, com vista à apropriação da informação, apresentam como fim dirimir desigualdades, ampliar leituras de mundo numa perspectiva crítica, dialógica e transformadora. Respeitando os limites do estudo, almeja-se contribuir para o imbricamento da mediação da informação com a interseccionalidade, de forma a fortalecer a concepção da mediação consciente no reconhecimento da pluralidade dos/as sujeitos informacionais, em especial no enfrentamento da histórica invisibilização das mulheres negras.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Mediação da Informação; Feminismo Negro.



folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 242-268, maio/ago. 2023. ISSN 2447-0120. DOI [10.56837/fr.2023.v9.n2.1106](https://doi.org/10.56837/fr.2023.v9.n2.1106).

Abstract

This article is based on reflections and studies outlined in the Study and Research Group on Mediation and Representation of Information and Social Markers of Difference (GeMinas). The interest is based on the objective of contributing to discussions on the concept of intersectionality, the epistemological basis of black feminism, in interface with studies in the field of Mediation of Information. We emphasize that this articulation is presented in this article through initial considerations, as it is part of a longer research that is in development. The theoretical article has a qualitative approach and a bibliographical nature. Black feminism and the concept of Intersectionality are addressed, in particular the intersection between gender and race, with a focus on black women. The social character of the studies outlined in the perspective of information mediation is considered, in which the interference actions outlined by information professionals, with a view to appropriating information, aim to resolve inequalities, expand world readings in a critical, dialogical perspective and transformative. Respecting the limits of the study, the aim is to contribute to the interweaving of information mediation with intersectionality, in order to strengthen the concept of conscious mediation in the recognition of the plurality of informational subjects, especially in facing the historical invisibilization of black women.

Keywords: Intersectionality; Mediation of Information; Black Feminism.

1 Introdução

O feminismo, com suas múltiplas e ricas correntes teórico-metodológicas, é um movimento protagonista na reivindicação política por autonomia, direitos e justiça social para as mulheres. As mulheres, por meio do ativismo político e sua produção teórica, atuaram e atuam pela transformação de sistemas ancorados em relações patriarcais de gênero. A heterogeneidade teórica, as múltiplas vozes e os lugares de enunciação, explicitam a riqueza e a pluralidade dos feminismos. Respeitando a singularidade das diferentes épocas e contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, as feministas descortinam novos horizontes e caminhos para a inserção das mulheres nas sociedades.

As principais ideias acerca da interseccionalidade foram desenvolvidas por feministas negras entre as décadas de 1960 a 1980. Nesse sentido, destaca-se o protagonismo do Feminismo Negro [*Black Feminism*], um movimento social composto por mulheres negras que lutavam pela visibilização das suas pautas e reivindicação de seus direitos, problematizando a postura do movimento feminista hegemônico no sentido de universalizar as experiências das mulheres.

Este artigo parte de reflexões e estudos delineados no Grupo de Estudos e Pesquisas em Mediação e Representação da Informação e os Marcadores Sociais da Diferença (GeMinas). O interesse baseia-se no objetivo de contribuir para as discussões sobre o conceito de interseccionalidade, base epistemológica do feminismo negro, em interface com os estudos do campo da mediação da informação. Salientamos que tal articulação apresenta-se neste artigo por meio de considerações iniciais, pois integra uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do GeMinas. O artigo teórico é de abordagem

qualitativa e de cunho bibliográfico. Abordamos o Feminismo Negro e o conceito de Interseccionalidade, em especial a intersecção entre gênero e raça, com foco nas mulheres negras, bem como reflete sobre a interface da interseccionalidade com a Mediação da Informação. Consideramos o caráter social dos estudos delineados na perspectiva da mediação da informação, em que as ações de interferência delineadas por profissionais da informação, com vista a apropriação da informação, buscam dirimir desigualdades, ampliar leituras de mundo numa perspectiva crítica, dialógica e transformadora. Respeitando os limites do estudo, almejamos contribuir para o imbricamento da mediação da informação com a interseccionalidade, de forma a fortalecer a concepção da mediação consciente no reconhecimento da pluralidade dos/as sujeitos informacionais, em especial no enfrentamento da histórica invisibilização das mulheres negras.

2 Feminismo

A práxis feminista tem como motriz a problematização dos campos discursivos e institucionais naturalizantes, em que as hierarquias de gênero, raça e classe social, com sérios prejuízos às mulheres, são consideradas naturais. A visibilização da construção sociocultural da dominação masculina ocorreu por meio de diferentes vertentes teóricas e contextos socioculturais. Teóricas feministas como Luiza Bairros (2008) e Julieta Carvajal (2020) refletiram sobre as vertentes dos feminismos, pontuando a análise das opressões sob diferentes lentes, campos epistemológicos, culturais e políticos, a exemplo do feminismo da igualdade, do feminismo da diferença e das perspectivas pós-coloniais.¹

No Ocidente, em geral, o movimento feminista é considerado um movimento social moderno, originado nas ideias iluministas e de mudanças da Revolução Francesa e Americana, inicialmente, com a pauta dos direitos sociais e políticos. Nessa dinâmica, conforme Ana Alice Costa (2005), houve a mobilização de mulheres de países da Europa, Estados Unidos e América Latina, tendo seu auge na luta sufragista. Na primeira década do século XX, em distintos países da América Latina, houve organizações feministas socialistas, anarquistas e liberais, sendo que a organização das mulheres acontecia ao mesmo tempo que as dinâmicas de organização das classes populares. Na região, as mulheres se organizaram em rede de clubes de mães e associações de bairros, reivindicando

¹ Tendo em vista que o objetivo do trabalho não é apresentar as concepções teóricas dos feminismos, indicamos referências a este respeito (CARDOSO, 2017; SCAVONE, 2008). Importante destacar que o processo de formação e atuação dos feminismos deriva do contexto local, político, econômico e cultural em que se delineiam.

escolas, creches e transporte público. No campo, as organizações de trabalhadoras rurais reivindicaram o direito à terra, dentre outras demandas.

Após um pequeno período de relativa desmobilização, o feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 1960, a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos e do movimento hippie internacional que causou uma verdadeira revolução nos costumes. Ressurgiu em torno da afirmação de que o “pessoal é político” [...] (Costa, 2005, p. 2).

Na década de 1960, com o autoritarismo e a repressão político-militar decorrente do Golpe Militar de 1964 no Brasil, e nos anos 1970, em vários outros países latino-americanos, os movimentos de mulheres e outros movimentos populares foram perseguidos. Não obstante, as resistências estavam presentes e se fortaleciam com a efervescência cultural de 1968 e com a reivindicação por direitos sociais e civis de mulheres e negras/os. Os protestos estudantis pelo assassinato de *Martin Luther King* e as lutas contra o imperialismo norte-americano geraram revoltas e novos padrões de comportamento (Costa, 2005; Ribeiro, 2008).

Conforme a filósofa e pesquisadora Sueli Carneiro (2003), o movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo, sendo referência em alguns temas no campo internacional. A autora evidencia a Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das propostas dos movimentos de mulheres e feministas, alterando o *status* jurídico das mulheres no Brasil, a exemplo da destituição do pátrio poder. Além disso, destaca-se a ação marcante no processo de democratização do Estado brasileiro e na implantação de políticas públicas específicas para as mulheres. A pioneira intelectual negra *Lélia Gonzalez*, em seu texto *Por um feminismo afro-latino-americano*, enuncia que o mundo mudou após a produção teórica e a *práxis* do movimento feminista.

[...] ao focar em torno do conceito do capitalismo patriarcal (ou patriarcado capitalista), [feminismo] evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres, o que constitui uma contribuição de crucial importância para o encaminhamento das nossas lutas como movimento (Gonzalez, 2020, p. 140).

Nas décadas de 1960 e 1970, na Europa e nos Estados Unidos, e início da década de 1970, no Brasil, por meio do *slogan* “o pessoal é político”, o feminismo explicitou o caráter político do espaço privado, visibilizando temáticas como sexualidade, violência contra as mulheres, direitos reprodutivos e o

reconhecimento da subjetividade. Assim, são muitos os exemplos de enfrentamentos e conquistas perante a discriminação sexista, não obstante, a discriminação racial sofrida pelas mulheres negras foi secundarizada. Conforme Gonzalez (2020), não houve a incorporação da perspectiva racial nos textos e na prática feminista, havendo referências formais indicando uma espécie de “esquecimento” da questão racial.

Exatamente porque tanto o racismo como o feminismo partem das *diferenças biológicas* para estabelecerem-se como ideologias de dominação. Cabe, então, a pergunta: como se explica este “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, na nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como *racismo por omissão* e cujas raízes, dizemos, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista (Gonzalez, 2020, p. 128).

Sob a égide da contestação à visão de mundo eurocêntrica, a autora resgata a história das relações raciais na América Latina, pontuando que as sociedades ibéricas, por meio de técnicas jurídicas e administrativas, dinamizaram-se numa base significativamente hierarquizada, repercutindo nas sociedades latino-americanas. Anibal Quijano (2005) afirma que, nessa dinâmica de constituição histórica da América, todas as estratégias de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram dinamizadas com base na relação capital-salário e no mercado mundial. A população negra e indígena, nessas sociedades, configura-se como segmento subordinado no interior das classes mais exploradas, graças à ideologia do branqueamento e ao mito da democracia racial. Nesse contexto, as mulheres amefricanas e ameríndias ficam à margem, são as mais exploradas e marginalizadas.

Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano. (Gonzalez, 2020, p. 46)

As mulheres não brancas da região, conforme a pesquisadora, são “faladas”, definidas e classificadas por dispositivos ideológicos do sistema patriarcal racista, os quais utilizam as condições biológicas de sexo e raça para anular sua humanidade. Diante desse cenário, a pensadora foi vanguardista nas críticas ao feminismo hegemônico por, de forma geral, pautar suas reivindicações com base no ideário de uma mulher universal, secundarizando a interseccionalidade das relações de gênero, raça e classe social.

Nessa direção, bell hooks (2015) afirma que a negação feminista, no passado, ao lançar luz sobre as hierarquias raciais, eliminou a articulação entre raça e classe. A autora postula que é fundamental a análise do racismo e sua função na sociedade capitalista para uma análise aprofundada das relações de classe, tendo em vista que o pertencimento de raça e classe produz diferenças no *status* social, nas condições de vida e nas vivências das mulheres

Conforme Cláudia Cardoso (2012, p. 82), a sobreposição de gênero, em prejuízo de outros marcadores sociais nos Estados Unidos e em outros países, foi problematizada, desde a década de 1970, por feministas negras, latinas, mestiças, indígenas e lésbicas. A autora destaca que os diálogos e críticas desembocaram nas concepções pós-coloniais, exemplificando os escritos de Gloria Anzaldúa (2000), bell hooks (1995), Patricia Hill Collins (2017). Sueli Carneiro (2003) corrobora com tais enunciações, assinalando que, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo se manteve, por longo período, atrelado à visão eurocêntrica e universalizante das mulheres.

A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (Carneiro, 2003, p. 17)

Nessa perspectiva, as opressões sofridas e as histórias de resistência de organização das mulheres amefricanas às mulheres negras, às indígenas, àquelas que estão nas margens, foram ocultadas. A título de exemplo, Luiza Bairros (2008) pontua que as reivindicações para que as mulheres tivessem o direito de trabalhar, no âmbito público, com vistas à conquista de autonomia e de libertação, menosprezaram o fato de que a vida das mulheres negras, historicamente, esteve associada ao trabalho em busca de sua sobrevivência e de sua família. A exploração no trabalho em diferentes esferas sempre permeou a vida das mulheres negras.

Fala-se da escravidão das tarefas domésticas que fecham a mulher em geral num mundo estreito, mas a mulher negra, sem maior motivo de espanto por parte de quem elabora esses discursos, é a empregada doméstica, desrespeitada e mal remunerada por excelência. Fala-se na necessidade da mulher pensar o seu próprio prazer, o conhecimento do corpo, mas reserva-se à mulher pobre, negra em geral, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d'água (Bairros, 2008, p. 140).

Conforme Sueli Carneiro (2003), no Brasil e na América Latina, as mulheres negras e indígenas foram alvo de sistemáticas e desumanas violações coloniais perpetradas pela estrutura racista e pelos senhores brancos. Às mulheres negras, escravizadas, libertas e livres, conforme Sueli Carneiro (2003) e Karoline Miranda (2019), não era dado o direito de serem frágeis. Ou seja, a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres não se estendeu às mulheres negras. “Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto” (Carneiro, 2003, p. 2). Durante séculos, as mulheres negras sempre trabalharam arduamente, cozinhando, lavando e passando roupas, atuando como amas de leite, quituteiras, vendedoras, dentre tantos outros trabalhos executados nas ruas e no âmbito doméstico. Nessa mesma linha de pensamento, Karoline Miranda (2019) enuncia que tanto no mundo do trabalho rural quanto no urbano, explicitava-se a atuação das mulheres negras, livres ou forras, como pilares da família, em contraposição à visão de família branca burguesa do capitalismo industrial, em que os homens eram considerados “a fortaleza da família”.

Maria Amoras, Solange Costa e Luana Araújo (2021) abordam o protagonismo das mulheres quilombolas na luta pelo território tradicionalmente ocupado em duas regiões brasileiras. As autoras seguem a ótica de Patrícia Hill Collins (2017) que aborda a relação dialética, articulando opressão e ativismo, com o intuito de subverter a narrativa hegemônica de passividade das mulheres negras contra as distintas opressões. Destacam as diferentes maneiras como homens e mulheres escravizados/as foram desumanizados/as no cenário de colonização nas Américas. No que tange à situação de escravizados/as no período colonial, apontam as cruéis opressões e violações sofridas pelas mulheres negras, como a sobrecarga de trabalho, objetificação e subjugação dos corpos, a censura ao exercício da maternidade, dos afetos e da religiosidade. As autoras explicitam que as mulheres negras africanas, individualmente e em coletivo, foram protagonistas no enfrentamento à estrutura escravocrata nos âmbitos público e privado.

[...] O saber ancestral mobilizado por essas mulheres para construir estratégias de resistência e de organização política institucional tampouco é reconhecido como poder e força de transformação social em muitas instituições acadêmicas (Amora; Costa; Araújo, 2021, p. 1).

As pesquisadoras salientam que as insurgências de enfrentamento ao projeto colonial, dinamizados pelas nossas ancestrais, repercutem nas ações dos feminismos negros no mundo. Cláudia Cardoso (2012) corrobora com tais enunciações, assinalando que as críticas ao feminismo hegemônico também

operam no sentido de reconhecer as vivências de mulheres que, por não acessarem o manejo da escrita e da erudição, não tiveram oportunidades para deixar registros escritos de suas ações e resistências, ficando invisibilizadas. No Brasil, o movimento organizado de mulheres negras é referência de luta contra o apagamento e a situação de subalternidade alocadas às mulheres negras, estruturado por um projeto político racista, patriarcal, heterossexista e capitalista. Em diferentes facetas, resistências foram delineadas no tocante ao enfrentamento aos projetos coloniais de dominação, desumanização e violência, que impactam nas vidas e vivências de pessoas negras, especialmente mulheres, até os dias de hoje.

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (Carneiro, 2003, p. 117).

Sueli Carneiro (2003) problematiza ser fundamental que a dimensão racial seja introduzida como elemento estruturante das desigualdades na agenda do movimento feminista hegemônico, que, por significativo período, foi prisioneiro da concepção eurocêntrica e universalizante das mulheres. Assim, a pesquisadora foi (é) norte no imprescindível processo de “Enegrecer o feminismo” para designar:

[...] a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais [...] afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil (Carneiro, 2003, p. 118).

Em pesquisa sobre o Feminismo Negro Brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo, no período de 1985 a 1995, a autora Nubia Moreira (2007) destaca o processo de regresso dos movimentos sociais com a abertura política. Nesse cenário, o movimento de mulheres negras se organiza com a criação de organizações institucionalizadas, associações e entidades autônomas, assim como nos diálogos, interações e tensões estabelecidos com o movimento negro e o movimento feminista. Com base nos

dados de sua investigação, enuncia que o movimento de mulheres negras foi “[...] também o espaço de tensão acerca das especificidades das mulheres negras provenientes da urgência das demandas étnico-racial e de gênero” (Moreira, 2007, p. 57).

Matilde Ribeiro (1995) expõe que o movimento contemporâneo de mulheres negras surgiu no âmbito da luta feminista e antirracista na década de 1970, no cenário de resistência à ditadura militar, com destaque para sua ação em nível nacional e internacional a partir de 1985. Em diálogo com as enunciações de Moreira (2007) sobre as tensões existentes no movimento negro e feminista, a pesquisadora ressalta que, em ambos, durante significativo período, as mulheres negras estavam invisibilizadas, uma vez que se apontava uma presumida igualdade entre as mulheres, assim como não foram levadas em consideração, entre os negros, as diferenças entre homens e mulheres, ou seja, as especificidades e pluralidades não eram contempladas.

As mulheres negras participantes desses dois movimentos conscientes da importância de seu papel na história buscaram desmascarar situações de conflito e exclusão. Com isto, não só contribuíram para a conquista de maior visibilidade como sujeitos políticos perante esses movimentos e a sociedade como trilharam um caminho próprio através da construção do movimento autônomo de mulheres negras (Ribeiro, 1995, p. 446).

Nesta dinâmica, levando em consideração as especificidades históricas, regionais, e socioculturais, os movimentos de mulheres negras, compostos por mulheres de diversos setores, atuaram por meio do ativismo político e da produção teórica para o enfrentamento ao racismo. A institucionalização do enfrentamento ao racismo no âmbito das esferas municipais, estaduais e federais, a implementação de políticas públicas específicas para a população negra, a afirmação das mulheres negras como sujeitos políticos, as mobilizações por direito à educação, moradia, acesso à saúde, política de creches, às lutas contra a esterilização forçada de mulheres negras e pobres, dentre tantas outras pautas, explicitam a potente e histórica práxis do feminismo negro no enfrentamento ao racismo e na transformação social da sociedade brasileira.

Matilde Ribeiro (2008) destaca várias ações empreendidas, a exemplo da criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação; do Programa Nacional de Ações Afirmativas, em 2002; a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003, no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2006); a participação das mulheres negras em

Conferências Internacionais, dentre outras mobilizações que se articulavam com os projetos dos movimentos negros e de mulheres negras no enfrentamento ao racismo. Mais recentemente, em 2015, foi realizada a Marcha das Mulheres Negras contra o racismo e pelo Bem Viver², um marco de resistência que reuniu cerca de 50 mil mulheres negras em Brasília.

A pesquisadora Claudia Cardoso (2012) postula refletirmos a respeito do feminismo negro no Brasil por meio da utilização de categorias analíticas articuladas com as vertentes epistemológicas da “tradição de pensamento de mulheres de cor”. A autora lança luz sobre o pensamento de Maria Lugones:

Ela explica o uso da expressão mulheres de cor (*mujeres de color*), originado nos Estados Unidos por mulheres vítimas da dominação racial, como um termo de coalizão contra as múltiplas opressões, que representa um movimento solidário horizontal que não se resume a um marcador racial ou à reação à dominação racial. O termo significa uma coalizão orgânica entre mulheres mestiças, indígenas, negras, mexicanas, enfim, toda a trama complexa daquelas vitimadas pelo colonialismo (Lugones, 2023 *apud* Cardoso, 2012, p. 84- 85).

Cláudia Cardoso (2012), em discussão sobre os tensionamentos e as perspectivas dos feminismos, pontua ser imprescindível a expressão das diferenças e a existência da coalização para o fortalecimento de agendas e dos enfrentamentos mais amplos em busca de um projeto de sociedade com justiça social para todas as mulheres. No próximo tópico, em concordância com Claudia Cardoso (2012) abordaremos o feminismo negro e o conceito de interseccionalidade para, posteriormente, lançar reflexões iniciais sobre a interface da mediação da informação com a interseccionalidade, em especial no tocante às discussões atinentes às mulheres negras.

2.1 Feminismo negro e o conceito de interseccionalidade

A construção das principais ideias de interseccionalidade foi desenvolvida por feministas negras entre as décadas de 1960 a 1980, com destaque para o protagonismo do Feminismo Negro [*Black Feminism*], que partiu da observação de que, embora a luta dos movimentos feministas hegemônicos fosse pautada no combate ao machismo, havia no seio desse movimento práticas de racismo,

² Nos últimos quatro anos (2019-2022), houve retrocesso nas políticas públicas de enfrentamento ao racismo e à igualdade racial. O movimento feminista negro, assim movimento LGBTQIA+, indígena, ambientalista, perdeu espaço no processo de participação e controle social. A destituição de direitos, a necropolítica e os ataques à vida das pessoas, em especial negras, foram cotidianos.

e lesbofobia, dentre outras discriminações (Akotirene, 2018; Gonzalez, 1988; Ribeiro, 2018). Patrícia Collins (2017) frisa que o feminismo negro teve um importante papel na sistematização das principais ideias da interseccionalidade durante as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos.

Foi a partir das experiências nos movimentos sociais que as feministas negras adentraram na academia entre 1980 e 1990, produzindo formulações teóricas que tinham como preocupação os estudos das diferenças, apresentando, pois, suas visões sobre a interseccionalidade, focando, sobretudo, na justiça social nos Estados Unidos (Collins; Bilge, 2021; Moreira, 2007).

O conceito de "interseccionalidade" foi cunhado pela jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw, por meio de sua tese de doutorado³, defendida em 1989 (Akotirene, 2018; Cardoso, 2017; Ribeiro, 2016). A autora foi a intelectual que introduziu o conceito na academia, utilizando-o no contexto do feminismo, a partir de uma experiência pessoal, através da qual sentiu a discriminação racial e de gênero de forma interseccionada. Kimberlé assumiu o compromisso de entender como as discriminações de raça e gênero operam juntas e limitam as oportunidades das mulheres negras na sociedade (Crenshaw, 2004). Segundo Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Para explicitar o conceito de interseccionalidade, a autora propõe a metáfora de diversas avenidas, na qual em cada uma delas circula um dos eixos. Em certos lugares, essas avenidas se cruzam, causando "tombadas", e a mulher que estiver em um dos cruzamentos, enfrentará simultaneamente os sistemas de opressão decorrentes de cada eixo de subordinação (Crenshaw, 2002; 2004). A visão tradicional, na sua perspectiva, considera que a discriminação de gênero concerne às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Da mesma forma que a discriminação de classe associa-se unicamente apenas a pessoas pobres, assim produz visões reducionistas ao excluir as sobreposições de

³ A tese de Kimberlé Williams Crenshaw foi intitulada *Desmarginalizando a interseção de raça e gênero: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória*, à teoria feminista e à política antirracista - University of Chicago Legal Forum, 14, 1989.

opressões. A interseccionalidade indica que nem sempre lidamos com grupos diversos de pessoas, mas com grupos sobrepostos. Crenshaw (2004) pontua que existem outras categorias de discriminação, em decorrência da idade, da regionalidade, de uma deficiência, de orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras.

[...] ao sobrepormos o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos (Crenshaw, 2004, p. 10).

Esse fenômeno já era observado pelas feministas negras na década de 1960, antes da nomeação do conceito de interseccionalidade. De acordo com Djamila Ribeiro (2016; 2018), desde muito tempo, as vozes das mulheres negras ecoavam e buscavam ser reconhecidas como sujeitos políticos, produzindo discursos contra-hegemônicos. Isso foi explicitado no discurso da abolicionista negra Sojourner Truth, em 1851, na *I Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio*, intitulado *E eu não sou uma mulher?* (Ribeiro, 2016; Akotirene, 2018; Collins; Bilge, 2021). Com essa questão, Sojourner Truth articulou, discursivamente, as estruturas do racismo, o cisheteropatriarcado⁴ e o capitalismo, evidenciando a dimensão analítica do conceito de interseccionalidade. Na ótica da pesquisadora Carla Akotirene (2018), a interseccionalidade configura-se como um método de análise e categoria teórica, que possibilita romper com métodos tradicionais da ciência moderna ocidental, conduzida pela ocultação de determinados tipos de conhecimentos, em especial de grupos subalternizados. Na visão de Akotirene (2018, p. 28), enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, “[...] permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem.” O conceito reconhece que as pessoas têm múltiplas identidades e experiências que são impactadas pela sobreposição de sua inserção em marcadores sociais construídos em estruturas sociais racistas, capitalistas e cisheteropatriarcais, em que as diferenças são

⁴ Refere-se à atenção global para a matriz colonial moderna, evitando desvio analítico para apenas um eixo de opressão, segundo a pesquisadora Carla Akotirene (2018).

convertidas em hierarquias. Nos possibilita explicitar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões, conforme Akotirene (2018).

A pesquisadora indica que não deve existir hierarquia de opressões e aponta para as possibilidades de resistências e insurgências frente aos eixos de opressão decorrentes da matriz colonialista:

[...] identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, ressignificadas pelas opressões (Akotirene, 2018, p. 28).

Djamila Ribeiro (2016) corrobora as premissas apresentadas, ao pontuar que abordar a interseccionalidade é compreender que não deve haver superioridade de uma opressão sobre outra, e que, sendo estas estruturantes, é necessário romper com a estrutura. Isso significa considerar que gênero, raça e classe são categorias que devem ser pensadas como indissociáveis. É importante considerarmos que, além das mulheres negras, indivíduos e grupos pertencentes a identidades não hegemônicas, são atingidos por mais de um sistema de opressão (sexista, racista, classista, capacitista, etarista, heteronormativo, entre tantos outros).

De acordo com Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), “Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem - as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento.” Desse modo, o projeto de interseccionalidade visa aproximar as instituições com o objetivo de fazê-las identificar mecanismos que possam garantir que as discriminações de raça que afetam as mulheres, e as discriminações de gênero, que atingem as mulheres negras, sejam consideradas de forma simultânea e não de maneira excludente. Só assim, os esforços em torno da formulação e aplicação do conceito serão válidos (Crenshaw, 2004).

De acordo com Cláudia Cardoso (2017), pensar a interseccionalidade é ir na contramão do conhecimento androcêntrico, e lançar luz às epistemologias descolonizadoras como ato de resistência para entender e visibilizar as experiências de grupos historicamente e socialmente invisibilizados. A autora expõe que todo conhecimento advém de um contexto social e, desse modo, não

é neutro. As mulheres negras são detentoras de experiências de vida oriundas de uma sociedade historicamente sustentada por diversos sistemas opressores que marginalizam e suprimem sua existência.

As pesquisadoras Jurema Werneck e Nilza Silva (2016) apresentam o conceito de racismo patriarcal heteronormativo como sendo o racismo atuante no Brasil e as suas formas de atuação diferenciadas a partir do sexismo e das discriminações de pessoas LGBTQIAP+. A pesquisadora Franciéle Silva (2020b) aborda sobre os estudos decoloniais, buscando combater o racismo epistêmico - um sistema presente nas estruturas que hierarquizam o conhecimento produzido e classificam-no como inferior ou superior de acordo com a pessoa que o produz e o pensa. Natália Cardona (2020) apresenta a abordagem intercultural da Ciência da Informação, de modo a utilizar a informação para descolonizar o conhecimento a partir da promoção, apropriação e produção de saberes que não sejam brancos, europeus, masculinos e científicos. A autora propõe:

[...] num quadro analítico descolonial e que se baseie em estudos culturais e epistemologias do Sul, garantindo que a produção e transferência de informação não responda exclusivamente à lógica de reprodução de conhecimentos científicos, mas que envolva saberes locais, situados, contextualizados e em sintonia com a história e a memória latino-americana (Cardona, 2020, p. 65)

Nessa perspectiva, a pesquisadora Patrícia Collins (2017) defende a existência de uma epistemologia produzida sob a ótica das mulheres negras como central para as próprias agentes e que possibilitem confrontar as práticas dominantes de conhecimento. A partir do exposto, destacamos a importância da produção de um conhecimento contra hegemônico, a partir das experiências das mulheres negras de modo a expor suas reivindicações e evidenciar seu protagonismo enquanto pessoas pensantes e detentoras de saberes fundamentais para desconstrução de estruturas de poder que sustentam os sistemas opressores. Faz-se necessário articular a interseccionalidade com a descolonização do saber, reconhecendo que as formas dominantes de conhecimento, geralmente reproduzem as hierarquias existentes. Isso pressupõe reconhecer as formas como o conhecimento foi construído e utilizado para manter e justificar a opressão colonial e trabalhar para desconstruir essas estruturas, valorizando os saberes e experiências das comunidades marginalizadas. Mediante os apontamentos apresentados, abordaremos, a

seguir, discussões iniciais sobre a interface entre a mediação da informação e o conceito de interseccionalidade.

3 Mediação da informação e interseccionalidade

As teóricas feministas, em suas diferentes vertentes epistemológicas e contextos sócio-históricos, têm lançado críticas às bases e aos métodos da ciência moderna, a exemplo do positivismo, da defesa da razão dualista, da lógica binária, com a contraposição entre sujeito e “objeto”, natureza x cultura, individual x universal. A hegemônica concepção de uma suposta neutralidade da ciência escamoteou a base androcêntrica e racista, responsável pela exclusão das mulheres e pessoas negras da práxis científica.

Segundo Cecília Sardenberg (2002), no imaginário ocidental, é dominante a associação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Nessa direção, a razão e a objetividade são atribuídas aos homens, e a emoção e a subjetividade (tidas como de menor importância) às mulheres. A falaciosa neutralidade da ciência é descortinada ao verificarmos que há um modelo de sujeito universal do conhecimento - o homem, branco, europeu, heterossexual, pertencente às classes dominantes (Crippa, 2011).

Nessa dinâmica, os estereótipos racistas impostos às mulheres negras são potencializados - sexualização, inferiorização, identidade mais próxima da natureza, descontrole, servilidade. Conforme hooks (1995), as premissas da concepção ocidental/racista refletem a visão das mulheres negras como não representativas de uma vocação intelectual. No âmbito do patriarcado capitalista com dominância branca, os códigos culturais são dinamizados para barrar às mulheres negras a possibilidade de seguir a vida intelectual, atestando que a atividade científica é um campo interdito. A pesquisadora enuncia que, como nossas ancestrais do século XIX, só por meio da resistência poderemos exigir nosso direito de afirmar a presença e a legitimidade intelectual. As resistências têm sido empreendidas pelas teóricas feministas que enfrentam o racismo e o sexismo na atividade científica, de distintas formas, redesenhando o campo científico e a produção do conhecimento, como evidenciado no tópico anterior. Nesse sentido, consideramos que a interface entre a mediação da informação e o conceito de interseccionalidade pode fornecer subsídios para o fortalecimento das resistências às desigualdades no campo informacional.

No que concerne ao termo mediação da informação, João Arlindo dos Santos Neto e Oswaldo Almeida Júnior (2017) sinalizam as transformações no seu uso,

ao longo do tempo, sendo que a última concepção do termo mediação se atrela à ação de conciliação e de intervenção. Enunciam que o ideário da mediação se articula ao fazer, a uma ação de interferência e transmuta o pensamento de conciliação. Ressaltam a intencionalidade da ação de mediação, mesmo não sendo materializada de forma consciente, e o caráter colaborativo, participativo e potencialmente transformador, presentes nas distintas mediações. A vertente teórica corrobora com a concepção de que o fazer da/o profissional da informação é implicado, ou seja, nas ações de interferência, as escolhas são permeadas por aspectos ideológicos, sociais e históricos. As ações de mediação envolvem fatores técnicos, envoltos pela tomada de posições, o que refuta a concepção de neutralidade.

Para Henriette Gomes (2020), a mediação da informação constitui um fundamento da Ciência da Informação e um contributo ao alcance do protagonismo social. A autora também caminha na direção de desconstruir pressupostos positivistas quanto à relação entre neutralidade e o fazer da/o profissional da informação; postula que a efetividade da ação mediadora está articulada à mediação consciente, com vistas ao alcance das dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política⁵; e pontua que a dinâmica de problematização favorece a apropriação da informação e a tomada de consciência das pessoas participantes na ação de interferência. A mediação consciente permite a construção do espaço crítico, um processo criativo de transformação de conhecimento, que possibilita às pessoas envolvidas a problematização, o desenvolvimento intelectual e, conseqüentemente, a tomada de consciência que pode dar apoio à apropriação das informações mediadas, a partir do contato com fragmentos de informações coletivas que possibilitam a construção de um conhecimento individual.

Para Almeida Júnior (2017), a apropriação da informação pressupõe uma alteração do conhecimento, sendo, pois, uma ação de produção e não meramente de consumo. A mediação, na visão de Edmir Perrotti e Ivete Pieruccini (2014), é uma categoria inerente a qualquer processo cultural e não constitui um fenômeno etéreo, descolado de lutas e disputas que caracterizam o viver junto. “Desse modo, ao se oferecer, por exemplo, um livro de histórias a uma criança, não se oferece apenas um conto de fadas; junto, é ofertado um quadro de valores,

⁵ Para o aprofundamento teórico das dimensões ver: Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da ciência da informação em favor do protagonismo social, de Henriette Ferreira Gomes.

de representações, de conteúdos culturais que historicamente se agregaram ao objeto livro” (Pieruccini, 2004, p. 38).

As enunciações acima indicam a ótica da mediação da informação como *práxis* que busca construir/alterar sentidos e ações em uma perspectiva posicionada e crítica. A ação de interferência, dialógica, dialética e relacional, com vistas à apropriação da informação, promove mudança de mentalidades e realidades dos sujeitos e, conseqüentemente, mudanças no meio social desses sujeitos.

As pesquisas delineadas, no campo da Ciência da Informação, em especial da mediação da informação, foco do presente artigo, possuem significativo caráter social na busca por transformar a realidade, com olhar para a situação econômica, política e cultural de indivíduos e grupos sociais pelo viés informacional. Por meio de variadas práticas de mediação - Mediação Cultural; Mediação Custodial; Mediação de Leitura; Mediação Pós-custodial ou Informacional e Mediação da Informação⁶, destacadas por Santos Neto e Almeida Junior (2017), objetiva-se dirimir desigualdades e ampliar leituras de mundo numa perspectiva crítica e transformadora. Diferentes pesquisas no âmbito da mediação da informação tais como as de Cavalcante (2020); Cavalcante (2022); Santos, Souza e Bortolin (2022); Silva (2020c); Nunes e Santos (2020); Marteleto e Couzinet (2013); , Araújo (2018), Aurekelly Silva (2020a); Gomes e Côrtes (2020); Côrtes e Martins (2020); e Nogueira e Bernardino (2018), refutam a ideia da neutralidade do fazer, seja no âmbito técnico e/ou científico, de arquivistas, pessoas bibliotecárias e museólogas, dentre outras, por meio de uma concepção de reconhecimento da ação/conhecimento situado e posicionado nas trilhas do que nos indica Donna Haraway (2009).

A autora defende a objetividade como racionalidade posicionada, que engloba um conhecimento localizado para dinamizarmos saberes e conhecimentos parciais com bases na justiça epistêmica. “Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica responsabilidade por nossas práticas capacitadoras (Haraway, 2009, p. 27).

⁶ O aprofundamento sobre os tipos de mediação pode ser obtido no texto de SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O caráter implícito da mediação da informação.

A conceituação de mediação da informação, elaborada por Oswaldo Almeida Júnior (2015), traz contributos para dialogarmos com o conceito de interseccionalidade. Tal conceito é visto pelo autor como:

[...] toda ação de interferência - realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais-, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

O autor elabora uma abordagem que, além de possibilitar analisarmos e dinamizarmos as processuais ações de interferência em uma variedade de equipamentos/dispositivos de informação, aponta para a imprescindível problematização - geração de conflitos - perante conteúdos informacionais pautados em hierarquias e desigualdades. Abordada na perspectiva de gerar conflitos, a mediação da informação não é neutra, e constitui um dispositivo de poder com potencial para elaborar (novos) sentidos acerca dos indivíduos inseridos nas matrizes de opressões. Os sujeitos em diferentes esferas sociais enunciam linguagens, percepções e representações sobre os fenômenos sociais, em um processo dialético de internalização e exteriorização da realidade. Tendo em vista a estrutura racista, patriarcal heteronormativa (Werneck; Silva, 2016), conteúdos informativos são (re)produzidos e disseminados constantemente, em nosso cotidiano, pautados nessa lógica. Os equipamentos informacionais e as ações das/os profissionais da informação não são inertes a ela, pois sofrem influência das opressões e discriminações raciais, sexistas, LGBTfóbicas, classistas, capacitistas, dentre outras. Assim, mantendo o diálogo com as enunciações de Almeida Júnior (2015) e demais pesquisadores/as mencionados/as, é importante a interface dos estudos da mediação da informação com o conceito de interseccionalidade, com vistas às ações de reconhecimento dos eixos de opressão de raça, gênero e classe social, bem como a valorização dos conhecimentos e vivências dos indivíduos, em especial das mulheres negras, foco da presente discussão.

No que tange a mediação da informação na perspectiva interseccional, a proposta é potencializarmos práticas colaborativas e dialógicas para o enfrentamento dos eixos de subordinação de raça, gênero, classe social, orientação sexual, faixa etária, deficiências, localidade e tantos outros que impactam nas experiências das pessoas. Nessa direção, no intuito de contribuir

para potencializar a significativa gama de práticas de mediação da informação, desenvolvidas no campo da Ciência da Informação e que subvertem desigualdades e injustiças sociais, questionamos: como delinear práticas de mediação que promovam a desnaturalização dos eixos de opressão geradores de desigualdades? Como construir posturas e práticas de mediação num processo de aprendizagem e de escuta com usuárias/os da informação pertencentes a pessoas e grupos com as sobreposições dos eixos de opressão? De que forma, por meio da mediação da informação, podemos subverter as interpretações ideológicas que sustentam o racismo, o sexismo, o classismo, a LGBTfobia e o capacitismo? Como produzir/registrar na memória social conteúdos informacionais as resistências de mulheres negras e grupos sociais que foram/são invisibilizados por transmitirem seus conhecimentos pela oralidade? Como atuar, por meio dos dispositivos informacionais, para desconstruir os eixos de subordinação de gênero e raça que alocam às pessoas negras, usuárias da informação, o sentimento de menos valia social e a internalização da representação de objeto? As possibilidades são vastas. Ações extensionistas e pesquisas já são delineadas na Ciência da Informação e no campo da mediação da informação nessa direção, em arquivos, bibliotecas e em diferentes unidades informacionais. A interface da mediação da informação com a interseccionalidade pode subsidiar as práticas de mediação implícita e explícita, apresentadas por Santos Neto e Almeida Júnior (2017) para compreender como as discriminações de gênero, raça, classe social, sexualidade e localidade operam nas práticas das/os usuárias/os e das/os profissionais da informação.

Na direção de reconhecer grupos invisibilizados, Giulia Crippa (2011) nos convida a adotar um modelo teórico de mediação da informação que contemple as questões de gênero, buscando descortinar a contribuição e a produção científica de mulheres, profissionais e usuárias, que atuam na esfera da transmissão e da apropriação da informação. Silva, Garcez e Silva (2022) problematizam a forma como o epistemicídio do conhecimento negro é operado na esfera epistêmica e educacional bibliotecária, com vistas ao reconhecimento e respeito à diversidade de saberes e conhecimentos de teóricas/os no âmbito científico, assim como dos/as mestras/es dos saberes tradicionais. As pesquisadoras Mary Ferreira (2019), Aurekelly Silva e Gisele Côrtes (2020), Gisele Côrtes e Gracy Martins (2020) sinalizam para a importância de visibilizar os saberes e fazeres das mulheres na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Pesquisadoras negras brasileiras da contemporaneidade, no âmbito da Ciência da Informação, têm desenvolvido e proposto a produção de conhecimento científico contra hegemônico, com bases feministas e decoloniais. Destacamos Stella Santiago e Mirian Aquino (2010), Mirian Aquino (2013) - expoente na produção científica étnico racial na Ciência da Informação-, Maria Aparecida Moura (2017), Joselina da Silva (2019), Izabel França de Lima, Natalia Cardonna (2020), Leyde Klébia Rodrigues da Silva (2020c), Davila Maria Feitosa da Silva (2019), Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnele Carneiro Garcez e Graziela dos Santos (2022), dentre outras estudiosas, que têm se dedicado a produzir conhecimento posicionado, na perspectiva de visibilizar e reconhecer a produção das mulheres negras.⁷

Por fim, considera-se que o caráter social dos estudos delineados na perspectiva da mediação da informação pode ser potencializado na interface com a perspectiva interseccional, com vistas a dirimir desigualdades, ampliar leituras de mundo numa perspectiva crítica, dialógica e transformadora no campo da Ciência da Informação.

4 Considerações finais

A mediação, no campo de conhecimento da Ciência da Informação, apresenta um caráter eminentemente social, inclusivo e posicionado, bem como assume a perspectiva da não neutralidade, concebendo as práticas de mediação da informação balizadas por meio de um processo dialético e dialógico com vistas a contribuir no projeto emancipador da sociedade. Em nossa visão, a categoria teórica e analítica interseccionalidade nasce por meio das ações de interferência, mediadas pelas mulheres negras, ativistas e pesquisadoras, de distintos contextos histórico-sociais, em prol do direito de ter a humanidade reconhecida e os direitos humanos garantidos. Consideramos que a atuação da/o profissional da informação, sob o prisma da interseccionalidade, pode ser mais um elemento a ser utilizado no processo da mediação consciente no sentido de potencializar práticas e produções teóricas que tenham como base o reconhecimento da sobreposição de opressões. A intersecção dos marcadores sociais de raça, gênero, classe social, localidade, deficiências, faixa etária, impactam as identidades, as experiências, o acesso e a apropriação da informação, tanto das/os profissionais quanto das pessoas usuárias nas ambiências

⁷ Pelos limites do artigo, não é possível contemplar todas as pesquisadoras/es que têm se dedicado a essas discussões.

informativos. A mediação da informação sob a perspectiva interseccional fornece subsídios para mobilizarmos práticas de resistência no que tange a ressignificação dos regimes de poder racistas, capitalistas e cisheteropatriarcais, com prejuízos significativos às mulheres negras. Assim, lançamos luz em tal interface, visando contribuir para a produção/alteração de significados e conhecimentos em prol da apropriação da informação com respeito a indivíduos e grupos marginalizados.

Por fim, considera-se produtora fortalecer tais categorias analíticas e metodológicas na formação de arquivistas, bibliotecários/as e museólogos/as para o fortalecimento da mediação consciente no sentido de promover a justiça social. As/os integrantes do GeMinas têm caminhado nessa direção, com a produção de estudos, pesquisas e diálogos na vertente da Mediação, Organização e Representação da Informação sob a ótica interseccional.

Referências

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? *In*: RIBEIRO, Djamila (coord.). **Feminismos Plurais**. Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. **INFOhome**, online, 2017. Disponível em: <https://ofaj.com.br/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: Abecin, 2015. p. 9-32.

AMORAS, Maria; COSTA, Solange Maria Gayoso da; ARAÚJO, Luana Mesquita de. O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial, no contexto da América Latina. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 23, p. e202128, 2021.

ANZALDÚA, Glória E. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A inclusão afrodescendente na era da informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, p. 61-75, 2013.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BAIRROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (org.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. 2. ed. Salvador: NEIM / UFBA, 2008. 411 p.

CARDONA, Natalia Duque. ¿CIENCIA DE LA INFORMACIÓN PARA QUÉ Y PARA QUIÉN? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitario. *In:* CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: Contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota). 206 p.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2012.

CARDOSO, Cláudia Pons. Por uma epistemologia feminista negra do Sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. *In:* CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES E FAZENDO GÊNERO, 13., 2017, Florianópolis - SC, **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis - SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. p. 1-11. Disponível em: <https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *In:* HOLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento Feminista Hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384 p.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Mediação da leitura e alteridade na educação literária. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 30, n. 4, p. 1-14, 2020.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A violência contra a mulher sob o olhar da mediação cultural da informação: análise da exposição "Retratos Relatos". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 2, p. 1-19, 2022.

COLLINS, Patrícia H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**: Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM, v. 5, n. 1, p. 6-17, 29 jun. 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; MARTINS, Gracy Kelli. Protagonismo social das mulheres na Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: apontamentos iniciais. *In:* SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO; Nathália Lima (org.). **O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação**: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latino-americanas. João Pessoa: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista gênero**, v. 5, n. 2, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRIPPA, Giulia. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2011.

FERREIRA, Maria Mary. Bibliotecários e relações de gênero no Brasil e Portugal. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, v. 2, n. 3, p. 298-322, 2019.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da ciência da informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1-23, 2020.

GOMES, Henriette Ferreira; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. In: ALVES, Edvaldo Carvalho *et al.* (org.). **Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 122-201.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Schwarcz; Companhia das Letras, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 2009.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193–210, jan. 2015.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, jan. 1995.

LIMA, Izabel França de; SANTIAGO, Stella Márcia de Moraes; AQUINO, Mirian de Albuquerque. A informação que circula sobre a política de cotas no ensino superior. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 1, n. 1, p. 76-91, 2010.

- MARTELETO, Regina Maria; COUZINET, Viviane. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares inter cruzados. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-16, jun. 2013.
- MIRANDA, Karoline Nascimento. Mulher negra, trabalho e resistência: Escravizadas, libertas e profissões no século XIX. **Epígrafe**, v. 7, n. 7, p. 83-96, 2019.
- MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.
- MOURA, Maria Aparecida. Narrativas culturais, protagonismo e mundo comum. *In*: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 93-106.
- NOGUEIRA, Anízia Maria Lima.; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Mediação da informação: um estudo nas bibliotecas de um centro universitário na cidade de Juazeiro do norte - ceará. **Ciência da Informação em Revista**, v. 5, n. 3, p. 43-57, 2018.
- NUNES, Martha Suzana Cabral; SANTOS, Flaviana de Oliveira. Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, p. 3-28, 2020.
- PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2014.
- PIERUCCINI, Ivete. **A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em educação**. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo Lander (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **sur**, v. 24, p. 99-104, 2016.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 446-457, dez. 1995.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 987-1004, 2008.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 2, 2017.

SANTOS, Raquel do Rosário; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de; BORTOLIN, Sueli. Ressignificações das atividades de mediação da leitura na biblioteca escolar em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, p. 1-24, 2022.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 173-186, 2008.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. *In*: COSTA, Ana Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcelar (org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero; Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM); Universidade Federal da Bahia, 2002. v. 8.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da. **Asas da informação**: protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo da Paraíba. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020a.

SILVA, Aurekelly Rodrigues; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Relações de gênero, ciência da informação e inclusão social. *In*: LIMA, Izabel F. de; FRANÇA, Fabiana da Silva (org.). **Informação e Inclusão**: constructo teórico prático na pós-modernidade. Campina Grande: eduepb, 2020. 391 p.

SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Bibliotecárias negras cearenses: contribuições para a luta antirracista. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Mulheres negras na Biblioteconomia**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota). cap. 3, p. 67-86.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na biblioteconomia: reflexões necessárias. *In*: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: Contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020b. (Selo Nyota). 206 p.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SILVA, Rubens Alves da. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 27, n. 1, p. 7, 2022.

SILVA, Joselina da. Meu baobá genealógico: histórias e memórias de mulheres que me sustentam. **ReDoc**: Revista Docência e Cibercultura, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 263-270, set./dez. 2019.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Feminismo negro e epistemologia social**: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação. 2020. 256 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 2020c.

WERNECK, Jurema; SILVA, Nilza Iraci. **Dossiê A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil**: violências e violações. São Paulo: Geledés; Rio de Janeiro: Criola, 2016.

Sobre a autoria

Gisele Rocha Côrtes

Doutora em Sociologia-UNESP (Araraquara). Professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB (PPGCI/UFPB). Vice-líder do GeMinas.

giselerochacortes@gmail.com

Aurekelly Rodrigues da Silva

Arquivista e Doutoranda em Ciência da Informação - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade Federal da Paraíba. Integrante do GeMinas.

aurekelly@educa.joaopessoa.pb.gov.br

Artigo submetido em: 23 nov. 2023.

Aceito em: 4 jan. 2024.

Artigo



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal 4.0 Internacional](#).

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia
Revista Folha de Rosto



✉ folhaderosto@ufca.edu.br

📷 [@revistafolhaderosto](#)

🐦 [@revfolhaderosto](#)

Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade quadrimestral.